

3.33. PROGRAMA DE APOIO AOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

3.33.1. Introdução

O presente programa trata de proposta de apoio aos serviços de Segurança Pública nos municípios de Estreito e Carolina, no Maranhão, e Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins, Darcinópolis, Filadélfia e Babaçulândia em Tocantins, os quais deverão ter interferência mais direta das várias obras para implantação da UHE Estreito.

Trata-se de uma região com grande carência nesse setor social. Estão presentes na região e referidos municípios às polícias civil e militar, porém pouco aparelhadas (recursos humanos e materiais) para as atividades específicas da defesa social.

Quadro 3.33.1 – Polícia Militar: equipamentos de infra-estrutura e efetivo policial conforme municípios

Município	Polícia Militar (batalhão)	N. de Carro	N. de Moto	Delegado Responsável	Efetivo Polícia Militar
Estreito	Sim	01	01	Estreito	09
Carolina	Sim	03	01	Carolina	33
Aguiarnópolis	Sim	01	-	Aguiarnópolis	11
Babaçulândia	Sim	01	-	Filadélfia	06
Palmeiras do Tocantins	Sim	-	-	Tocantinópolis	03
Darcinópolis	Sim	01	-	Wanderlândia	03

Fonte: CNEC, novembro de 2003.

A polícia civil está presente em apenas quatro (4) municípios cuja situação de atendimento não é diferente da militar, ou seja, inexistente praticamente condição favorável para um atendimento adequado.

Quadro 3.33.2 - Polícia Civil: equipamentos de infra-estrutura e efetivo policial conforme municípios.

Município	Delegacia da Polícia Civil	N. de Carro	N. Moto	Delegado responsável	Recursos humanos
Estreito	Sim	01	-	Estreito	2 agentes 2 carcereiros 2 escrivãos(*)
Carolina	Sim	02	01	Carolina	1 agente 3 carcereiros 1 escrivão
Aguiarnópolis	Sim	01	-	Aguiarnópolis	3 agentes
Filadélfia	Sim	01	-	Filadélfia	4 agentes 1 escrivão

(*) Os escrivãos de Estreito são funcionários da prefeitura municipal.

Fonte: CNEC, novembro de 2003.

As ocorrências policiais podem ser consideradas ainda de pouca significância para quase todos os municípios de interesse, exceção aos municípios que fazem fronteira com os estados do Maranhão e Tocantins, Estreito e Aguiarnópolis, os quais já apresentam um número maior em termos de ocorrências policiais.

Quanto às modalidades delituosas a predominância relaciona-se com crimes contra o patrimônio (furtos em residências, de bicicletas, em postos de gasolina, de veículos) e crimes contra a pessoa (acidentes de trânsito, brigas, lesões corporais, mortes, etc). Nos municípios de Carolina, Estreito e Filadélfia a incidência de crimes contra o patrimônio é de maior significância, e para os municípios de Aguiarnópolis e Babaçulândia, verifica-se maior ocorrência para os crimes contra a pessoa.

A região de interesse mostra-se em condição bastante vulnerável, especialmente no que diz respeito às condições humanas e materiais para deter o possível aumento das ocorrências criminais com a implantação da UHE Estreito, especialmente na fase de sua construção, que deverá atrair significativo montante de população para a área de interesse em busca de trabalho.

3.33.2. Justificativa

Historicamente os grandes projetos geram pressões migratórias em direção à região de interesse, e a UHE Estreito não é diferente dos demais.

A instalação da UHE Estreito, especialmente, na fase de construção alterará o comportamento populacional da região ocorrendo um crescimento, mesmo de natureza temporária, de pessoas vindas de regiões vizinhas ou até mesmo mais distantes atraídas pelas oportunidades de emprego decorrente das obras. Trata-se geralmente de pessoas com hábitos culturais diferentes dos encontrados na região, e que poderão eventualmente trazer problemas para a população local.

Em razão desse afluxo de pessoas em direção à região, especialmente, municípios de Estreito e Aguiarnópolis, onde ficarão as principais obras, e nos municípios onde ocorrerem obras secundárias é que deverão ser desencadeadas ações de natureza preventiva e também de intervenção na segurança pública, buscando assim mitigar possíveis atos de insegurança para a população local.

3.33.3. Objetivos

Estabelecer ações estratégicas de natureza educativa e defensiva, a partir de uma atuação pública-privada, procurando sinalizar aos indivíduos da região, de maneira explícita, perspectivas de uma vida com garantias e segurança; contemplando, inclusive, definições que busquem a maior presença e melhor qualidade do trabalho policial, conseguidas através do aumento do efetivo local, e da aquisição de logística, especialmente.

Nessa perspectiva, o programa está centrado no monitoramento das situações de risco para a população através do estabelecimento de um Sistema Integrado de Tecnologia da Informação e Comunicação.

3.33.4. Metas

Diminuição das ocorrências policiais, especialmente, as modalidades delituosas contra o patrimônio (furtos etc.) e contra a pessoa (acidente de trânsito, brigas, lesões corporais etc.),

Aumentar o número de efetivos policiais na região.

Aumentar e melhorar a logística (carros e postos policiais).

Promover e ampliar campanhas de esclarecimento junto à população no sentido da prevenção e cuidados com relação à segurança.

3.33.5. Procedimentos Metodológicos

O Programa de Apoio aos Serviços de Segurança Pública deverá se desenvolver considerando as ações defensivas, que visam atenuar os pontos fracos e as ameaças, e as educativas/preventivas visando potencializar as oportunidades e os pontos fortes, especialmente aqueles decorrentes do empreendimento.

Nesse sentido, o empreendedor deverá apoiar a criação de um Sistema Integrado de Tecnologia da Informação e Comunicação, de responsabilidade dos governos estaduais, Maranhão e Tocantins. Esse sistema armazena informações sobre ocorrências policiais nos municípios da área de interesse do empreendimento, as quais consubstanciam-se em ações pró-ativas de médio e longo prazo, ações essas de natureza preventivas e de controle da violência.

A implantação desse programa perpassa por todas as etapas do empreendimento, desde o início da construção até a operação do mesmo. Mesmo em se tratando de possíveis situações decorrentes do empreendimento, as ações visando mitigar as diversas situações desfavoráveis criadas são de responsabilidade do poder público (Secretarias de Estado de Segurança Pública) em parceria com o empreendedor. Isso em razão da especificidade desse setor social.

3.33.6. Descrição do Programa e Atividades Previstas

A implementação do Programa de Apoio aos Serviços de Segurança Pública se dará com a execução das ações relacionadas a seguir:

Avaliar mais detalhadamente os serviços de Segurança Pública da região específica, abordando a infra-estrutura existente e suas condições e as ocorrências policiais (tipo e número).

Apoiar a implantação do Sistema Integrado de Segurança Pública, de responsabilidade dos estados, bem como de um banco de dados digital que permita o tratamento estatístico das informações. Esse sistema deverá estar ligado à central dos estados do Maranhão e Tocantins.

Estabelecer formas e conteúdo de informações e esclarecimentos para a população local visando prevenir e controlar os índices de violência e criminalidade nos municípios. Tais

informações bem como sua veiculação deverá ser em parceria com outros programas socioambientais, em especial, o de comunicação social.

Realizar e assinar convênios/parcerias com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública dos estados do Maranhão e Tocantins visando estabelecimento de formas de cooperação pública-privada.

Realizar e assinar convênios de cooperação para implantação de infra-estrutura policial necessária à perspectiva do grande fluxo de população em direção à região, em especial, aos municípios referidos e com maior proximidade das obras.

3.33.7. Produtos e Resultados Esperados

Fortalecimento da sensação de segurança e bem estar na população dos municípios da AID.

Cumprir as metas, especialmente, no que diz respeito ao controle das ocorrências policiais associadas ao empreendimento.

3.33.8. Indicadores Ambientais

O grau de sucesso da implementação do Programa de Apoio aos Serviços de Segurança Pública pode ser aferido através dos indicadores ambientais relacionados a seguir:

Grau de alcance das diversas campanhas realizadas junto à população e das ações de natureza preventivas.

Redução dos índices de criminalidade e violência nos municípios, relacionados com as obras.

3.33.9. Atendimento a Requisitos Legais

Não existem requisitos legais associados diretamente a esse programa.

3.33.10. Inter-Relação com Outros Programas

O Programa de Apoio aos Serviços de Segurança Pública tem interface com os seguintes programas:

Programa de Monitoramento e Gerenciamento Ambiental: responsável pela implementação do programa e acompanhamento de sua execução.

Programa de Comunicação Social e Apoio à População Migrante: com o intuito de informar e esclarecer a população sobre os serviços de atendimento à segurança pública e esclarecimentos preventivos.

3.33.11. Responsáveis pela Execução do Programa e Parceiros Institucionais Potenciais

O Programa de Apoio aos Serviços de Segurança Pública é de responsabilidade das Secretarias Estaduais de Segurança Pública dos Estados do Maranhão e Tocantins em parceria com o empreendedor.

Cabe ressaltar que a responsabilidade do empreendedor deverá estar no âmbito do acompanhamento da evolução do quadro da segurança pública, em particular na viabilização da implantação do Sistema de Informação, via disponibilização de assessoria técnica ou eventual repasse de recursos financeiros.

Tendo em vista que políticas públicas visando o aperfeiçoamento dos serviços de segurança são desejáveis, medidas adicionais de responsabilidade do poder público devem ser consideradas na discussão/construção do Acordo Social.

3.33.12. Recursos Humanos, Materiais e Financeiros

Esse programa é pensado com apenas 1 profissional para acompanhar a implantação do programa em conjunto com os serviços de Segurança Pública regionais, monitorando os convênios/parcerias, repasse de recursos financeiros, resultados das ações de prevenção e controle da violência, melhoria da infra-estrutura e eventuais ajustes do programa.

Recursos Financeiros

A estimativa de recursos necessários para execução do programa é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) que seriam repassados através de convênios aos órgãos competentes para viabilizar o programa.

3.33.13. Responsável pela Elaboração do Programa

CNEC Engenharia

Socióloga Maria Aparecida de Carvalho

RP 162

IBAMA 236324

3.33.14. Bibliografia

CNEC Engenharia, 2004, Estudos Complementares ao *EIA-RIMA da UHE Estreito*, São Paulo.

CNEC Engenharia S. A., 2002, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Estreito. São Paulo.

3.33.15. Cronograma Físico